

MARGARIDAS NAS ELEIÇÕES PARA FAZER FLORESCER A DEMOCRACIA



## CARTA-COMPROMISSO PARA CANDIDATAS E CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES 2022

### INTRODUÇÃO

Para nós, mulheres do campo, da floresta e das águas, a Marcha das Margaridas tem sido um caminho coletivo de construção de um projeto de sociedade que propõe um Brasil sem violência, onde a democracia e a soberania popular sejam respeitadas, a partir de relações justas e igualitárias. Acreditamos que é possível construir novas relações sociais pautadas nos valores da ética, solidariedade, reciprocidade, justiça e respeito à natureza.

Esta Carta-Compromisso, que ora apresentamos, é fruto de diálogos estabelecidos com organizações e movimentos sociais, articulados em torno da Marcha das Margaridas a partir de uma Plataforma Política construída coletivamente, e que revela os nossos sonhos, os nossos quereres e a utopia que nos move em direção à transformação da sociedade. Nesta Carta, apresentamos um conjunto de proposições as quais consideramos fundamentais para seguirmos marchando no sentido dessa transformação e da (re)construção de um Brasil soberano, democrático, justo e livre de violência; que tem como objetivo promover o debate público durante o processo eleitoral e subsidiar a ação dos poderes Executivo e Legislativo federal e estadual, e destina-se a candidatas/os nas eleições federal e estaduais de 2022.

## QUEM SOMOS

Nós, Margaridas, somos muitas em uma: mulheres da classe trabalhadora, mulheres rurais, urbanas, jovens, negras, lésbicas, trans, agricultoras familiares, camponesas, indígenas, quilombolas, assentadas, acampadas, sem-terra, assalariadas rurais, extrativistas, quebradeiras de coco, catadoras de mangaba, apanhadoras de flores, ribeirinhas, pescadoras, marisqueiras, coletoras, caçaras, faxinalenses, sertanejas, vazanteiras, retireiras, caatingueiras, criadoras em fundos de pasto, raizeiras, benzedadeiras, geraizeiras, entre tantas outras. Exploradas e marginalizadas ao longo da história, habitamos os mais diversos territórios que, por sua vez, abrigam diferentes biomas, mosaicos de vida e diversidade. Nós fazemos a agricultura familiar e camponesa! Produzimos alimentos saudáveis. Promovemos a segurança alimentar e a preservação das sementes crioulas, dos ecossistemas e da nossa sociobiodiversidade. Somos guardiãs dos saberes populares que herdamos de nossa ancestralidade! Em MARCHA, tecemos nossas experiências de vida e de resistência, unindo muitas bandeiras de luta em um só movimento.

## CONTEXTO

Os retrocessos estruturais sofridos em razão do congelamento dos recursos sociais, através da Emenda Constitucional 95/2016, da antirreforma trabalhista e previdenciária, da desvalorização do salário mínimo, do desmantelamento do Sistema Nacional de Seguridade Social, da fragilização do Sistema Único de Saúde (SUS) e de Assistência Social (Suas), assim como do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), se intensificaram pelas medidas tomadas por um Governo que, ao mesmo tempo em que ataca direitos conquistados na Constituição de 88, promove o desmonte de qualquer forma de proteção social, ameaçando o Estado democrático de



Direito. Esse contexto de retrocessos e de retirada de direitos, frente à crise econômica potencializada pela pandemia da Covid-19, resultou no aprofundamento das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero.

Nesse cenário, a devastação veloz da natureza e da biodiversidade com a ausência de políticas públicas de apoio à agroecologia, o aumento das políticas de incentivo à expansão do agronegócio, com a liberação de agrotóxicos, e a quase extinção da agenda de fortalecimento da agricultura familiar, somada ao negacionismo ambiental e ao desmonte das políticas de reforma agrária ameaçam ainda mais a nossa sociobiodiversidade, causam danos aos nossos biomas, e expõem a população às emergências climáticas, deixando o País vulnerável a um colapso de seu sistema de produção, abastecimento, distribuição e comercialização de alimentos, e a graves problemas de saúde.

Ademais, a não demarcação de terras indígenas e o não reconhecimento e titulação dos territórios quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais tem intensificado a violência e o assassinato de ativistas, ambientalistas e de muitas lideranças camponesas, indígenas, extrativistas e de povos e comunidades tradicionais, sem a devida apuração dos crimes e punição dos culpados.

# MARGARIDAS NAS ELEIÇÕES PARA FAZER FLORESCE A DEMOCRACIA

Tudo isso, somado ao aprofundamento da crise político-institucional, ao processo de desestruturação das instituições da sociedade civil e dos espaços de participação e controle social, a exemplo dos conselhos, assim como ao crescimento do conservadorismo, do racismo, do machismo e da LGBTQIfobia, com o aumento desenfreado da violência, do genocídio, do encarceramento em massa do povo negro e da intolerância à diversidade religiosa e de modos de vida e opinião, colocam a necessidade de reconstrução da democracia, de forma transparente, a partir da construção de um sistema de governança público que assegure a efetiva participação social, e articule diferentes instituições e políticas setoriais.

## NOSSOS REFERENCIAIS

Nos guiamos pelos princípios de um feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, que reflete cada uma de nossas realidades, evidenciando a afirmação de nossas tantas identidades. Um feminismo que pauta a igualdade de gênero, o respeito à diversidade sexual, a autonomia das mulheres, o seu direito de decidir sobre suas vidas, seus corpos e territórios, de exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos e que questiona a centralidade do mercado sobre nossas vidas.

Um feminismo que é construído a partir da reflexão crítica sobre o que vivenciamos como mulheres do campo, da floresta e das águas e que reconhece e valoriza o saber por nós acumulado ao longo de gerações. Um feminismo que traz a auto-organização e a participação política das mulheres como condição para a superação da violência em suas diversas faces e, sobretudo, que valoriza a vida, vinculando a defesa da agroecologia, dos territórios, dos bens comuns e da soberania e autodeterminação dos povos.

Apresentamos, a seguir, propostas, organizadas por eixos prioritários que dialogam entre si,

formando um conjunto, não podendo, pois, ser tomado separadamente. Eles se somam numa relação de complementariedade. Nossa reivindicação é que as/os candidatas/os se comprometam com esta agenda propositiva, abordem publicamente esses temas no processo eleitoral e, caso eleitas/os, dediquem-se a trabalhar para que eles se efetivem.

## NOSSAS PROPOSIÇÕES

### EIXO 1

#### COMBATER A POBREZA, PROMOVER A GERAÇÃO DE TRABALHO E A MELHORIA DE RENDA

A crise econômica, a pandemia e a redução do alcance das políticas de proteção social resultaram no aumento da vulnerabilidade social e no empobrecimento ainda maior da população, sobretudo, as populações negras, periféricas, as populações do campo, da floresta e das águas, povos e comunidades tradicionais, atingindo de forma profunda a vida das mulheres, que enfrentam ainda a sobrecarga de trabalhos e o agravamento das situações de violência.

- a. Revisar a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), com a reposição dos direitos subtraídos das/os trabalhadoras/es, estabelecendo uma legislação de garantia e proteção dos direitos trabalhistas;
- b. Criar políticas ativas de geração de trabalho e renda, com medidas que promovam a igualdade e a promoção dos direitos das assalariadas rurais e urbanas e que combatam o tratamento desigual de salários e condições de trabalhos, a informalidade e a precarização das relações de trabalho envolvendo mulheres;



## CARTA-COMPROMISSO PARA CANDIDATAS E CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES 2022

- c. Constituir um programa permanente de transferência de renda básica cidadã como direito social, articulado e integrado às políticas sociais e adequado aos diferentes formatos de famílias, a exemplo das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, assegurando, assim, dignidade e cidadania às trabalhadoras e trabalhadores, agricultoras e agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, populações do campo, da floresta e das águas, sobretudo, para as mulheres;
- d. (Re)instituir a política de valorização do salário mínimo, com reajuste anual calculado a partir da variação do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores e correção pela inflação do ano anterior, em termos reais;
- e. Priorizar a economia social e solidária com recursos e com a implantação de programas e a estruturação de finanças solidárias; e estimular grupos de comercialização e feiras da economia solidária e feminista, de base agroecológica, para que as mulheres possam comercializar seus produtos, através de cadeias curtas de produção e consumo;
- f. Implantar uma política integral de divisão justa do trabalho de cuidados e do trabalho doméstico, para enfrentamento à divisão sexual do trabalho e à sobrecarga de trabalho que as mulheres vivem.



## EIXO 2

### FORTALECER AS POLÍTICAS SOCIAIS E GARANTIR PROTEÇÃO E SEGURIDADE SOCIAL

Toda cidadã e todo cidadão devem ter assegurados direitos humanos básicos. O Estado deve respeitar, proteger e garantir esses direitos. Contudo, o atual Governo, através da implementação de uma agenda neoliberal e de políticas conservadoras, patrocina uma série de ataques à democracia, aos direitos sociais e à soberania nacional, aprofundando o desmonte generalizado das políticas sociais e acentuando a desproteção da população.

- a. Revogar, imediatamente, a Emenda Constitucional nº 95/2016, que retira, a cada ano, bilhões de reais das ações do Estado, recursos que deveriam ser direcionados à garantia e universalização dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, assim como para possibilitar condições para que ações emergenciais de enfrentamento aos impactos econômicos e sociais da crise instalada sejam financiadas;
- b. Reconstituir o orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS) para que seja garantido o acesso universal e gratuito à saúde pública e à política de atenção básica observando as especificidades dos territórios rurais constitutivos do campo, floresta e águas, e dos seus habitantes;
- c. Garantir recursos orçamentários para implantação de uma política de estruturação e fortalecimento do INSS, fornecendo-lhe condições para prestar um atendimento digno às seguradas e segura-

dos, com contratação de mais servidoras/es e médicas/os peritas/os;

- d. Substituição do programa de transferência de renda em vigor e retomada do Programa Bolsa Família em seu desenho original, gerido a partir do Cadastro Único das Políticas Sociais (CadÚnico) e do Sistema Único de Assistência Social, considerando a sua ampliação e a imediata inclusão de todas as pessoas em situação de extrema pobreza e pobreza, bem como a criação de mecanismos de atualização periódica do orçamento pela inflação; e tendo como perspectiva de transição para a renda básica cidadã;
- e. Garantir espaços democráticos de diálogo, participação e controle social, entre essas esferas governamentais e a sociedade civil, com a retomada dos conselhos e as conferências temáticas, para que políticas efetivas possam ser formuladas e implementadas;
- f. Retomar e ampliar as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres com aplicação da Lei Maria da Penha e da Lei contra o Femicídio, com o resgate e atualização do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e retomada do Fórum Nacional e Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, considerando a ampliação e o fortalecimento dos organismos de política para as mulheres, nos estados, com a reconstrução das infraestruturas, equipamentos de atendimento, prevenção e proteção das mulheres, inclusive as unidades móveis, com medidas emergenciais ligadas a ações de emprego e renda, considerando a especificidade das mulheres do campo, da floresta e das águas, e a sua diversidade.



## EIXO 3

### ERRADICAR A FOME, GARANTIR A SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, PROMOVER O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA, AO TERRITÓRIO, AOS BENS COMUNS E À VIDA SAUDÁVEL

A atual política econômica é nefasta para a população brasileira e tem a fome como uma das principais expressões do aumento das desigualdades sociais. Em 2022, no Brasil, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer e mais da metade da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau. Esse cenário é intensificado pela inexistência de políticas públicas de combate à pobreza e à miséria, alta da inflação, desemprego e queda de renda da população. Por outro lado, o sistema agroalimentar convencional, corporativo, fortalecido com os incentivos ao agronegócio, tem se mostrado danoso quando se pensa em alimentar a população, garantindo a segurança alimentar e nutricional e preservando a natureza.

#### 1. FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Recompor o orçamento para o financiamento de ações de fortalecimento da agricultura familiar;
- Retomar o Plano Safra da Agricultura Familiar, com recomposição orçamentária das políticas de fortalecimento das cadeias de produção e de apoio à agricultura familiar, garantindo que as especificidades das mulheres do campo, floresta e águas sejam consideradas na elaboração dessas políticas;



- Criar espaços e mecanismos institucionais que auxiliem na construção e execução de políticas para as mulheres, e que compreenda as políticas de inclusão produtiva, considerando a especificidade das mulheres do campo, da floresta e das águas, e de povos e comunidades tradicionais com a constituição de arranjos que lhes garanta o atendimento diferenciado e qualificado;
- Resgatar políticas de promoção da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), priorizando a compra de alimentos de grupos específicos de mulheres e contemplando medidas como acesso a crédito, inclusive para renegociação de dívidas, assistência técnica rural, apoio logístico e à comercialização;
- Instituir políticas públicas e orçamento para a organização produtiva com base

# MARGARIDAS NAS ELEIÇÕES PARA FAZER FLORESCER A DEMOCRACIA

agroecológica para as mulheres do campo, da floresta e das águas;

- f. Garantir às mulheres do campo, da floresta e das águas condições para produzir, com acesso aos recursos produtivos, à terra, às sementes, à água, à matéria-prima e todo o apoio necessário à produção e comercialização, incluindo a infraestrutura necessária e o fortalecimento das políticas de fomento e apoio às organizações produtivas, que potencialize o trabalho realizado, com assistência técnica continuada;
- g. Garantir a produção diversificada de alimentos saudáveis, com a retomada do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e o fortalecimento da Política de Assistência Técnica e Extensão Rural, em bases agroecológicas, no âmbito federal e estadual; fomento e criação de linhas de financiamento subsidiado para a agricultura familiar.

## 2. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À TERRA E GARANTIA DOS DIREITOS TERRITORIAIS

- a. Garantir recursos no orçamento para o funcionamento das estruturas de Estado e execução de programas e políticas públicas necessárias à agricultura familiar, à reforma agrária, à demarcação, defesa e desenvolvimento dos territórios dos povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais;
- b. Elaborar um novo Plano Nacional de Reforma Agrária, cujas ações garantam a democratização do acesso à terra às populações do campo, da floresta e das águas, sobretudo às mulheres, com destinação de orçamento público que assegure infraestrutura, políticas de fortalecimento da produção e comercialização e direitos sociais

às populações assentadas, contemplando:

- a) regularização fundiária da agricultura familiar;
- b) demarcação e titulação dos territórios quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais;
- c) atualização dos índices de produtividade;
- d) priorização das mulheres como beneficiárias nos programas da reforma agrária, garantindo o acesso à titulação conjunta da terra;
- c. Promover e garantir o acesso à terra, à titulação e à regularização fundiária dos territórios tradicionais e extrativistas, reconhecendo, respeitando e valorizando os saberes dos seus povos e comunidades, dos seus modos de vida e da sua organização social como um fator fundamental para a conservação da sociobiodiversidade;
- d. Garantir o cumprimento integral da Função Social da propriedade, nos termos definidos pela Constituição Federal de 1988;
- e. Revogar a Lei 13.465/2017 (Lei da Grilagem) que, ao alterar os regimes jurídicos relacionados à regularização fundiária rural e urbana, reforçou a lógica de concentração e privatização da terra;
- f. Demarcar e homologar todas as terras Indígenas, assistindo-os em suas necessidades básicas, e implementar a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI); bem como instituir mecanismos de proteção contra atividades que afetem o meio ambiente, como as minerárias ou de outra ordem, fiscalizando e responsabilizando agentes violadores de direitos;
- g. Garantir o direito de consulta prévia, livre e informada aos povos e comunidades tradicionais, segundo a Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho



## CARTA-COMPROMISSO PARA CANDIDATAS E CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES 2022

- (OIT), e a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Dec. Nº 6.040 de fevereiro de 2007);
- h. Garantir proteção a terras e territórios rurais, indígenas e quilombolas, assentamentos, unidades de conservação de uso e ocupação sustentável, comunidades pesqueiras, extrativistas e demais povos e comunidades tradicionais;
  - i. Coibir a grilagem das terras públicas, assegurar segurança pública e o desarmamento em terras e territórios onde vivem as populações do campo, floresta e águas, bem como garantir a desintrusão em terras indígenas;
  - j. Reconhecer e regularizar territórios de uso comum: Reservas Extrativistas (Resex), terra indígena, território quilombola, assentamentos, reassentamentos, maretórios, territórios de quebradeiras de coco babaçu e outras formas coletivas de gestão, assegurando as condições de vida e sustentabilidade às populações que neles habitam, sobretudo as milhares de mulheres que tiram deles o seu sustento.
- c. Defender a aprovação imediata e a efetivação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNRA) e implementar medidas de incentivo à produção e à comercialização de alimentos sem agrotóxicos e livres de transgênicos;
  - d. Fortalecer iniciativas agroecológicas, sobretudo aquelas promovidas pelas mulheres, que contribuam para a conservação da biodiversidade, encurtamento dos circuitos curtos e soberania e segurança alimentar;
  - e. Retomar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), instituída pelo Decreto nº 7.794/2012 e seus instrumentos, com recursos próprios, para promover políticas públicas, o fomento e fortalecimento de sistemas de produção agroalimentares cujos referenciais se baseiam na susten-

### 3. DIREITO AO LIVRE USO E ACESSO À BIODIVERSIDADE E AOS BENS COMUNS

- a. Implantar políticas e marcos legais que apoiem a conservação, proteção e recuperação das fontes de água, da biodiversidade e das matas e florestas;
- b. Promover territórios livres de transgênicos e agrotóxicos, através da regulamentação de regras que limitem o uso indiscriminado dos agrotóxicos, que imponham o banimento daqueles já proibidos em outros países, bem como efetivem a proibição da pulverização aérea;



# MARGARIDAS NAS ELEIÇÕES PARA FAZER FLORESCER A DEMOCRACIA

tabilidade ambiental e na justiça social, no respeito às matrizes culturais e territoriais e no reconhecimento e valorização do trabalho realizado pelas mulheres na construção da agroecologia, assim como no apoio às práticas agroecológicas na produção de alimentos saudáveis para o mercado doméstico, com subvenções e garantia de preços mínimos;

- f. Revogar iniciativas como o Programa Adote um Parque e o Programa de Concessões de Parques Naturais, que operam na lógica de financeirização da natureza, privatização dos bens comuns, violando direitos e potencializando os conflitos territoriais;
- g. Formular e implantar políticas descentralizadas de produção de energias renováveis, mediante consulta prévia às populações locais, de modo que elas sejam incluídas e beneficiadas por essas políticas;
- h. Defender os recursos hídricos nacionais, criando restrições legais à privatização da água disponível no território brasileiro;
- i. Regulamentar a utilização da água, de modo a restringir o seu uso pelas grandes empresas, especialmente pelas mineradoras e pelas empresas do agronegócio, que são as maiores consumidoras de água do País;
- j. Construir uma Política Nacional de Convivência com o Semiárido, a partir e em diálogo com as experiências e ações realizadas pela Articulação do Semiárido (ASA);
- k. Implantar políticas e programas de acesso à água como a Política Um Milhão de Cisternas (P1MC) e a Política Uma Terra e Duas Águas (P1+2), com a retomada das chamadas públicas para universalização do acesso às cisternas de consumo e de produção, sendo resguardados os princípios da participação

popular, especialmente das mulheres, em todo o processo de implementação, de forma a promover a sua autonomia, bem como a autonomia das comunidades onde vivem;

- l. Garantir o direito de acesso à água nas suas mais variadas formas (cisternas de placa, micro açudes, micro barragens, barreiro-trincheira, pequenos açudes, proteção de fontes e nascentes), em condições para consumo doméstico e também para a produção e criação de plantas e animais, reconhecendo ainda seu valor como alimento.

## 4. ABASTECIMENTO ALIMENTAR E ACESSO A ALIMENTOS SAUDÁVEIS

- a. Recuperar a capacidade do Estado de organizar a produção, aquisição, abastecimento e distribuição de alimentos, e instituir programas e políticas voltados à superação imediata da fome;
- b. Retomar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), recriando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), responsável pela convocação da 6ª Conferência Nacional que subsidiará a elaboração do 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- c. Implantar a Política Nacional de Abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional que amplie o acesso à alimentação adequada e saudável oriunda da produção diversificada de base familiar e agroecológica, com regulação pública dos mercados de alimentos;
- d. Estimular a produção de alimentos e a formação de estoques públicos reguladores, através da recuperação da capacidade

# CARTA-COMPROMISSO PARA CANDIDATAS E CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES 2022

- de operativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);
- e. Utilizar estoques públicos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) pela Conab para atendimento às populações vulneráveis, incluindo os produtos da Sociobiodiversidade (PGPMbio);
  - f. Fortalecer e ampliar o orçamento destinado às políticas de compras públicas de alimentos, por meio da recriação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em suas modalidades originais;
  - g. Atualizar os valores per capita do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), reajustando-os para a reposição das perdas inflacionárias e garantindo correção periódica;
  - h. Ampliar e diversificar os canais de comercialização local de alimentos como feiras da agricultura familiar e agroecológicas, bem como fomentar os circuitos curtos e de proximidade, visando a inclusão das mulheres no mercado e a descentralização do abastecimento nas cidades;
  - i. Implantar políticas públicas de fomento a iniciativas de construção e gestão de mercados territoriais protagonizadas pela agricultura familiar, particularmente aquelas realizadas pelas mulheres do campo, floresta e águas;
  - j. Ampliar os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional para garantir o acesso da população de baixa renda à alimentação, como restaurantes e cozinhas populares, cestas e bancos de alimentos.



REALIZAÇÃO:



APOIO:



# CANDIDATA/O COMPROMETIDA/O COM AS MULHERES DO CAMPO, DA FLORESTA E DAS ÁGUAS

Eu, \_\_\_\_\_, candidata/o ao cargo público de \_\_\_\_\_ no Estado de \_\_\_\_\_ comprometo-me a, caso eleita/o, a trabalhar em diálogo com a sociedade civil para tornar efetivas as proposições apresentadas no documento **Carta-Compromisso para Candidatas/os às Eleições 2022 – “Margaridas nas eleições para fazer florescer a democracia”**. Assim sendo, assino a presente Carta-Compromisso.

Nome da/o candidata/o

Partido

Assinatura

Local e data

**A CARTA-COMPROMISSO ASSINADA DEVERÁ SER ENVIADA para o e-mail [mulheres@contag.org.br](mailto:mulheres@contag.org.br)**

